



FÓRUM DE ENTIDADES SINDICAIS DO SINP
SISTEMA DE NEGOCIAÇÃO PERMANENTE
SERVIDORES MUNICIPAIS DE SÃO PAULO

São Paulo, 05 de maio de 2020.

Ofício nº 11/2020

Exmo.(a) Sr.(a) Deputado (a),

O Fórum de Entidades Sindicais representativas dos Servidores Públicos do Município de São Paulo vem, por meio deste, solicitar seu voto contrário ao PLP 39/2020, pelas razões abaixo:

O Projeto de Lei, que serve para socorrer os Municípios e Estados, em função da pandemia do novo Coronavírus, e mandou a conta para o funcionalismo público, foi aprovado no Senado.

Tal foi o resultado de acordo, diga-se, do governo com quase todos os partidos, inclusive os da oposição.

No dia de hoje, 05/05, deve ser votado na Câmara.

O projeto impede o aumento de gastos com servidores públicos, bem como a aplicação de promoções e progressões, por 18 meses.

Os servidores públicos, em todo país, já vêm sendo penalizados com reformas previdenciárias, precarização do trabalho e formas de congelamento e corrosão real de remunerações, como ocorre em diversos Estados e Municípios e em São Paulo não tem sido diferente.

Enquanto isto, a dívida pública, que consome metade do orçamento federal, e assegura ganhos especulativos milionários, continua sendo paga como antes. Os bilionários lucros bancários, as grandes fortunas, os supersalários permanecem intocados.

É inadmissível porque, enquanto isso, justamente aqueles que sempre atenderam às camadas menos favorecidas da população, e agora estão na linha de frente no combate ao Covid 19, são chamados a pagar a conta de décadas de desmandos de seus governantes.

Medidas como a que exclui dessa vedação Profissionais da Saúde, da Segurança Pública e das Forças Armadas, revelam-se necessárias, porém insuficientes para abranger todos os que sempre trabalharam em prol da população.

São também os servidores públicos deste município que estão, desde 2002, tendo suas remunerações aviltadas por um índice de Revisão Geral Anual de 0,01%! E isto, sem nenhuma pandemia instalada.

Em decorrência dessa política de arrocho contra os servidores, a despesa com pessoal não chega a 35%, o que demonstra, claramente, que não caberá ao funcionalismo desta cidade a responsabilidade por eventuais quebras de caixa em função do desaquecimento da economia.

Contamos com seu apoio e solidariedade para impedir mais este ataque contra o Serviço Público e contra aqueles que escolheram dedicar suas vidas ao combate diário às desigualdades, durante as melhores décadas de suas vidas.

Subscvem este documento as seguintes Entidades:

APROFEM – Sindicato Dos Professores e Funcionários Municipais de São Paulo

ADAM – Associação dos Administradores Municipais de São Paulo

SINDILEX- Sindicato dos Servidores da Câmara Municipal e do Tribunal de Contas do Município de São Paulo

AMAASP – Associação Municipal dos Agentes de Gestão de Políticas Públicas e Agentes de Apoio de São Paulo

SEAM – Associação dos Engenheiros e Arquitetos do Município de São Paulo

SINPSI – Sindicato dos Psicólogos do Estado de São Paulo

ASMUSP- Associação dos Servidores Municipais de São Paulo

SEESP- Sindicato dos Engenheiros do Estado de São Paulo

SASP – Sindicato dos Arquitetos do Estado de São Paulo

SEDIN - Sindicato dos Trabalhadores da Infância

SINESP - Sindicato dos Especialistas de Educação do Ensino Público Municipal de São Paulo.

SINDAF- Sindicato dos Auditores Fiscais do Município de São Paulo.

ANIS-Associação dos Servidores de Nível Superior do Município de São Paulo

SIMESP – Sindicato dos Médicos de São Paulo

FASP - Federação das Associações Sindicais e Profissionais de Servidores da Prefeitura do Município de São Paulo

AEMSP – Associação dos Escrivários Municipais de São Paulo

Sendo o que se apresenta para o momento, subscrevemo-nos

Respeitosamente


Margarida Prado Genofre
Coordenadora